

A CIDADE SUBMERSA DE NOVA PONTE: RELATOS DE MEMÓRIA, SILÊNCIO E ESQUECIMENTO

Vicente de Paulo da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Uberlândia
vicente@ig.ufu.br

RESUMO

Neste artigo procuramos discutir a experiência vivida durante a elaboração de nossa dissertação de mestrado intitulada *Destruição e reconstrução Simbólica em Tempos de Modernização*, defendida no curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. As informações aqui contidas tratam especialmente de contar como foi a pesquisa sobre a construção da barragem do ponto de vista do pesquisador, por onde trilhou, onde pesquisou. Elas revelam também um pouco das suas percepções, as descobertas e preocupações ocorridas durante o processo. Mas visam também mostrar o significado de identidade para os moradores bem como o papel da memória na reconstrução do lugar.

Palavras-chave: Pesquisa, Barragem, Memória, Identidade.

THE UNDERWATER CITY OF NOVA PONTE: MEMORIES' REPORTS, SILENCE AND FORGETNESS

ABSTRACT

This article discusses the experience of our Master's dissertation: *Symbolic Destruction and Reconstruction in times of Modernization*, defended at the Geography Course – Philosophy, Languages and Human Sciences at the University of São Paulo – USP. Information aims at discussing the research about the construction of a storage dam from the researcher's point of view. They show perceptions, findings and worries during the process. They also aim at showing identity meaning people had, and memory's role when of the place reconstruction.

Keywords: Research, Storage dam, Memory, Identity.

UM RECORTE: A HISTÓRIA DE UMA CIDADE QUE REPOUSA NO FUNDO DO LAGO

Ao escrever sobre Nova Ponte, há que se alertar para o fato da coexistência de “duas Nova Ponte”: cidade velha e cidade nova. A cidade velha foi a que ficou submersa pelas águas do lago formado pela barragem do rio Araguari para a construção da usina hidrelétrica de Nova Ponte. Construída pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), esta obra tornava-se a 3ª usina em produção de energia elétrica no Estado, e passava a representar a incorporação de 510 MW médios de potência ao sistema sudeste. Com ela a CEMIG passava a somar um total de 41 usinas hidrelétricas, tornando-se uma das maiores redes da América Latina.

Submersa pelas águas, mas vivendo na memória das pessoas, principalmente por se tratar de um passado tão próximo, a cidade era então lembrada com saudades por tudo que atraía e representava, acima de tudo, a identidade do povo novapontense. A igreja matriz de São Miguel, padroeiro da cidade, a ponte sobre o rio e o cemitério são exemplos que podem ilustrar o universo simbólico que caracterizava essa identidade.

A cidade nova é a que foi construída em conseqüência da inundação da velha cidade. Jornais de circulação nacional, à época da construção da hidrelétrica, anunciavam que aquela era a

Recebido em 18/04/2008

Aprovado para publicação em 22/01/2009

cidade 100%. 100% água tratada, 100% rede de esgoto, 100% de asfalto, escolas, telecomunicações etc. “Tudo que uma cidade precisa para ser feliz”². E ainda, conforme a Folha nesta mesma nota, uma cidade inteira construída pela CEMIG para abrigar 7000 pessoas. Segundo um boletim divulgado pelo então prefeito de Nova Ponte, a cidade foi construída para abrigar até 9000 pessoas, mas conforme reportagem do jornal MG-TV segunda edição³, do dia 29 de abril de 1994, Nova Ponte já contava com 18000 habitantes. Pelo censo do IBGE de 1990, a população de Nova Ponte somava 10136 pessoas.

As contradições do discurso estavam evidenciadas a cada momento e a cada acontecimento. Denominamos, conforme Bourdieu (1989, p.7-8), de poder simbólico “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”, aquele momento quando toda uma história era transformada em nome do progresso, mas que os moradores do lugar não se davam conta da trama em que estavam envolvidos, seja por falta de informação, de organização ou mesmo por pura simplicidade.

Nosso objetivo é relatar uma parte da história de Nova Ponte transformada pelo advento da hidrelétrica no município, ou melhor, na cidade, bem como compartilhar um pouco do que se tornou impossível para todos os novapontenses que é o sentimento causado pela impossibilidade de poder rever um dia a velha cidade.

Embora a obra tenha influenciado áreas de 15 municípios, preocupamo-nos somente com o que se refere à Nova Ponte. Isso porque foi essa cidade, ou porque não dizer, o novapontense, quem esteve de forma mais diretamente envolvido na problemática da execução da obra que teve como consequência a relocação da sua sede.

O período em apreço foi de 1970 até meados dos anos 90, embora em alguns momentos fosse necessário voltar muito além desse limite. Justifica este recorte, o fato de que a cidade já havia sofrido outras transformações, como a modernização da agricultura, marcada pelo pioneirismo da fazenda Caxuana. O fato mudou de forma marcante o modo de vida das pessoas, o que evidenciou o início de uma nova relação de trabalho no município: o bóia-fria.

Como o período compreendido entre 1968/1975, pode ser visto como um marco temporal da modernização da agricultura no município, devido à instalação da fazenda Caxuana, entendemos ser importante tomá-lo como referência nesta pesquisa, embora o processo de concentração e modernização tenha avançado muito a partir daí. Outras empresas agrícolas como, S.A. Agro-industrial Eldorado, Companhia Agrícola de Indianópolis (CAIND), Mello, Miranda, Carvalho Engenharia Ltda (MMC), também foram expressivas na região, todas demandando mão-de-obra de Nova Ponte.

Relembrar essa história era uma tarefa acima de tudo desejável, por isso consideramos importante discutir um período anterior à modernização do campo no município. Contamos para isso com depoimentos de moradores, coletados à época da pesquisa de campo quando ainda eram cursadas as disciplinas obrigatórias do mestrado, e também com o livro de José Soares de Faria, um médico que viveu em Nova Ponte e escreveu *Histórias humildes*, que constituem narrativas que contam um pouco da história daquele lugar, onde foi vivida uma história que depois fora transformada pela execução de um grande projeto.

Também de Soares de Faria, o livro *Monografia de Nova Ponte* constituiu outra referência ao nosso dispor para contar esse evento. Queremos com isto mostrar que por mais simples que o povo pudesse parecer, e esta sempre foi uma característica atribuída ao novapontense, esse povo tinha e tem história. No caso do novapontense, uma história refletida na memória, principalmente daqueles que ali viveram muitas de suas experiências cotidianas.

Embora essa história seja composta por histórias humildes, precisamos questionar a ação de agentes externos, cujos interesses sobrepõem a tudo que é importante para um povo, para uma cidade inteira. Foi analisando as histórias humildes, não só as do livro, mas, do que conversamos, ouvimos, e também do que vimos, que se tornou possível entender o significado primeiramente da modernização do campo e, depois, da própria construção da hidrelétrica.

² Folha de São Paulo, domingo, 06 de março de 1994, 2 II.

³ Tele Jornal de transmissão diária pela Rede Integração, que naquele momento ainda era denominada TV Triângulo, de Uberlândia-MG, uma emissora afiliada da rede globo.

É aí que apelamos para a noção de lugar de Yi-Fu Tuan (1983) para quem o lugar é o resultado da afetividade das pessoas pelas coisas e, inclusive, pela maneira como estão dispostas. Nesse sentido, equivale argumentar que as forças que atuaram na construção da usina de Nova Ponte não o fizeram sobre seu lugar, mas, para eles, sobre um espaço, que ao estar dentro do limite político de um governo, foram-lhes concedidos direitos sobre o lugar – do povo novapontense.

O CONTEXTO EM QUE A BARRAGEM FOI ERIGIDA

No que se refere à construção de hidrelétricas, algumas questões nos parecem necessárias de ser investigadas como: a quem interessa a produção de energia hidroelétrica? Quem lucra? E quem “paga o pato?” No caso específico de Nova Ponte, por que não houve movimento contra a barragem? Por que quando se confirmou a decisão do Estado de construir a barragem, ela se concretizou tão rapidamente?

Aqui vale o ditado de que “uma coisa puxa a outra”. O que queremos dizer é que a concentração da terra marcada pela modernização da agricultura no município, iniciada pela fazenda Caxuana em 1970, mudou radicalmente o modo como viviam as pessoas, que passaram a integrar a nova relação de trabalho ‘bóia-fria’ e isto fez com que houvesse também mudança de valores.

A fazenda Caxuana sempre fora vista pelo povo como um progresso. Progresso porque “*temos trabalho e temos salário*”. Em Nova Ponte, passou a predominar a relação do trabalho assalariado no campo. Se compararmos o movimento contra a construção da usina hidrelétrica de Machadinho, no Alto Uruguai, com a não-mobilização da população novapontense, percebemos que as comunidades polonesas de Machadinho eram formadas em sua maioria por pequenos agricultores que ainda possuíam sua terra para trabalho, conforme mostra Aurélio Vianna (1992). Esse fato foi marcado inclusive por confrontos diretos entre a população atingida e os funcionários da Companhia Elétrica do Sul (ELETROSUL).

O Progresso em Nova Ponte era a expressão de um processo contínuo de modernização do espaço rural-urbano. As transformações iniciadas com a modernização do campo pareciam revelar o começo de uma nova era. Muita coisa mudou, e muita gente se mudou, mas, não seria essa a mudança mais significativa que conheceriam.

Neste sentido, a barragem no rio Araguari viria ‘mexer’ muito mais com as pessoas, quer dizer, com o cotidiano das pessoas⁴. Felizmente a CEMIG parece ter sido mais criteriosa no processo de indenização e distribuição de lotes. Isto, com vistas à operacionalização, facilitou o encaminhamento da obra, pois as pessoas se diziam satisfeitas, e de fato estavam, com a casa e com toda a infra-estrutura da cidade nova.

O imóvel avaliado acima de seu valor venal, o emprego nas obras e a possibilidade de conseguir bens duráveis como carro, casa, móveis etc, garantiu à CEMIG a aceitação pacífica da indenização nos valores propostos. E, segundo informações de pessoas que trabalhavam junto aos responsáveis pela negociação, isso significou uma grande economia ao Estado, uma vez que dispunha de uma quantia quatro vezes maior que o valor inicialmente proposto, caso a população reivindicasse uma indenização melhor.

MEMÓRIA E IDENTIDADE: LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO

Ao optar pelo estudo da memória, tivemos então que procurar por obras que abordassem o tema e, nesse sentido, o trabalho de Jacques Le Goff, *História e Memória*, e Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*, constituíram as principais referências dentre outras que pesquisamos.

No que se refere à memória de Nova Ponte, como colocado anteriormente, as obras de José Soares de Faria, *Histórias humildes e Monografia de Nova Ponte*, constituem importantes subsídios à tarefa que nos propúnhamos naquele momento. Elas se referem a um período ainda de formação do município ou, do arraial que o originou. Segundo contam os moradores,

⁴ Conforme Heller, (1992, p.18) “A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”.

Soares de Faria, ou Doutor Faria como era chamado, foi um médico de grande estima na cidade e membro do Diretório Municipal de Geografia instituído pelo decreto-lei nº 3, de 08 de maio de 1939.

Resgatar a memória de Nova Ponte significa recuperar um período da história de um povo, de uma cidade, de um lugar. Passado? Talvez, mas que deixou marcas para refletirmos através do tempo e, porque não dizer, que pela persistência e garra do povo de sua época, hoje o morador daquele lugar é um povo com memória. Esquecida às vezes, mas, segundo Silva (1993)⁵ na recuperação da memória precisamos considerar esses dois momentos, ou seja, a memória e o esquecimento. E ainda, segundo ela, “a memória é produtora de imagens, e não reprodutora”. Portanto, esta é inclusive uma forma de entrar em contato com os antepassados daquela história.

Considerando o que chamamos de coexistência entre cidade velha e cidade nova, será tratado na sequência o que chamamos de cidade velha, que sem dúvida, acompanhará o povo novapontense em sua memória, marcada pelo número de fotografias e filmagens daquilo que era mais representativo para eles e que haveria de ser coberto pelas águas do rio Araguari.

As fotografias revelarão, assim, o afeto das pessoas pelo lugar, pois, provavelmente, foram tiradas de um símbolo: a casa, a igreja, o rio, enfim um signo com certeza significativo. Segundo Leite (1993, p.145), “quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas outras que desencadeiam na memória, despertadas por aquelas que se tem diante dos olhos”.

A memória, este dom de criar imagens e não reproduzir simplesmente cumprirá um papel importante no reconhecimento das consequências negativas da construção da usina. Mas tudo é zelado para que esse momento só se realize quando todas as etapas estiverem concluídas, e já estamos a quase 15 anos desse evento.

E é essa história, que existirá apenas na lembrança de muitos, ou quem sabe de alguns, que propusemos apresentar aqui. Nossas preocupações advêm do descaso com que é, ou melhor, nem é considerada a história da construção de um povo. Se o discurso oficial considera estas preocupações como alheias ao progresso é porque, na verdade, o progresso não considera todos os setores como importantes dentro dos grandes projetos. Ao setor elétrico interessa a produção de energia. À população atingida, mais do que a energia produzida sobre suas terras, interessa o respeito.

Entendemos que este trajeto é um caminho para compreender o processo de transformação imposto ao município e, conseqüentemente, entender o contexto em que se concretizou a construção da barragem. Uma vez que a identidade do novapontense foi colocada em cheque com a construção desta obra, entendemos ser de igual importância dedicar atenção a esse aspecto durante o trabalho.

Foi no entendimento do que era o universo simbólico do novapontense que buscamos discutir essa identidade, pois, concordamos com Ortiz (1985, p.8) quando diz que “toda identidade é uma construção simbólica”, e acreditamos serem as histórias contadas pelo povo as que mais se aproximam da realidade e que muitas vezes ficam ocultas no silêncio, na falta de organização, no esquecimento.

O PROGRESSO ECONÔMICO: DE QUEM?

Entre as dificuldades encontradas no decorrer do trabalho, destacamos o momento em que descobrimos o significado que a barragem tinha para o novapontense, ou seja, um significado muito diferente do que tinha para o Estado e ainda mais diferente do que tinha para nós próprios.

Portanto, era mister que entendêssemos o significado da obra para os moradores e depois seu significado para o Estado. O inverso, ou seja, seu significado para o Estado, nos angustiava muito e não conseguíamos entender porque.

Acreditávamos que nada era mais justo do que a organização da população contra esse evento. Mas, ao contrário de lutar contra, a população estava, ao nosso ver, defendendo-o.

⁵ SILVA, Janice Theodoro da. In: “Curso: Cultura e Mentalidades - Tendências e Debates”. Departamento de História da FFLCH/USP, 1993, 2º semestre.

Claro. Tudo mudou de rumo quando analisamos a situação das pessoas em Nova Ponte. Suas angústias, suas necessidades, suas carências de bens duráveis e então percebemos que para elas realmente aquele ganho material da casa, do carro, dos móveis, significava sim, um progresso. Mas, atentamos para o fato de que o discurso oficial sustentava essa idéia de progresso para a população como se fosse o objetivo da obra, quando no reverso da moeda o objetivo era a produção de energia.

A partir de então, tivemos que repensar nossas posturas e, com certa dificuldade, compreendemos que realmente o que fazíamos era tornar aquelas pessoas repositórias de nossas próprias angústias. Percebemos que a escala das modernizações que se processavam naquele lugar era muito mais abrangente, pois, ia do local ao global. O que justificaria essa transformação do lugar para o espaço global? A resposta é por demais evidente: o progresso econômico.

A priori, podemos afirmar a existência de uma estreita relação entre progresso econômico e o processo de expropriação. E nesse sentido, nada poderia ser tão característico quanto o surgimento da economia de mercado evidenciada pela revolução industrial na Inglaterra do séc. XVIII.

Em Karl Polanyi (1980) é possível analisar as causas que nortearam este fato, bem como suas consequências. A causa: economia de mercado, ou, mercado auto-regulável⁶. O objetivo: lucro, que passa a substituir a motivação de subsistência.

O mercado se organiza em função do lucro que, por sua vez, é comumente obtido por um processo de compra e venda. Incluem-se nessa relação, os componentes: terra/trabalho/dinheiro. *Estamos diante de uma grande transformação*, dos homens em massa, um acontecimento denominado por Polanyi de Moinho Satânico, dada a semelhança desse processo com as funções de um moinho.

Estamos cientes da abrangência das ideias expostas por Polanyi, mas entendemos ser fundamental esta reflexão para discutir o processo de modernização em Nova Ponte. O aproveitamento energético do rio Araguari e a modernização da agricultura foram indicativos do processo de difusão das modernizações e evidência do progresso econômico. Mas progresso econômico de quem?

O EVENTO: ESTRATÉGIAS, PODER, ORDEM E PROGRESSO

A capacidade de mobilização de forças que teve a barragem, cada um desempenhando papel específico, foi bastante expressiva: Banco Mundial, governo federal e estadual, poder municipal dos 15 municípios da área de influência da barragem, meios de comunicação, mão-de-obra de vários pontos do país, população atingida do campo e da cidade, população beneficiada com a produção de energia, empresariado etc.

A construção de barragens no país funciona, de certa forma, como o moinho satânico. As populações locais se transformam em massa e o objetivo da obra deve ser alcançado custe o que custar. No Brasil, a “opção” pela industrialização de alto conteúdo energético e de alto teor de degradação e de resíduos é, segundo Sevá F^o (1990, p.17), “a decisão de alguns grandes grupos econômicos coligados”.

Esse autor diz ainda que, “a ‘opção’ que esses grupos nos impuseram foi a mega-eletricidade, e, num território com muitos rios, rios grandes e boas quedas, essa ‘opção’ resultou, até aqui, em mega-barragens”. No dizer de Gonçalves (1990, p. 31), “as hidrelétricas constituem, entre outros, um marco da nova organização do espaço brasileiro promovida pelo grande capital monopolista, comandada pelo Estado a seu serviço”.

Haesbaert (1993, p.15) alerta para o fato de que “dois dos grandes mitos da era moderna, o do progresso e o da revolução, demonstram bem a vocação para o novo. O mito do domínio irrestrito sobre a natureza pelo avanço da técnica e o da ruptura radical com o passado, rumo a “sociedade ideal”. Uma usina hidrelétrica é uma expressão do processo de modernização levado às últimas consequências.

⁶ A auto-regulação, segundo Polanyi, Op Cit. p 81, “significa que toda produção é para venda no mercado e que todos os rendimentos derivam dessas vendas - portanto associado ao lucro das vendas”.

A sensação diante da tecnologia é de que somos meros instrumentos manipulados a mercê de forças políticas coniventes. Uma total desmobilização, a priori, é vista como o anúncio do progresso. Somos levados a crer que uma vez autorizado, o processo torna-se irreversível. Dessa forma, a tecnologia, traduzida em máquinas pesadas, bombas ensurdecedoras etc, etc, é ao mesmo tempo simbólica, pois é colocada em cena para anunciar e garantir a irreversibilidade da obra.

Até então, Nova Ponte era uma pacata cidadezinha, que resguardava em seu interior as alegrias das festas locais, das relações de vizinhança onde todos conheciam a todos. Essa relação foi severamente atingida com a nova organização de seu universo simbólico que representava sua identidade. Agora eles passavam a conviver dia a dia com a chegada do trabalhador migrante para o trabalho na usina.

Bastava um mínimo de tempo nesse período, para que um novapontense que estivesse fora da cidade voltasse e não mais reconhecesse o lugar, pois conforme Tuan (1983, p.198) “o lugar é um mundo de significado organizado”. Nesse caso, as constantes mudanças não permitiam à população entender seu real significado, e o sentido do lugar era assim, rapidamente perdido.

Estamos diante de uma grande transformação. Em Nova Ponte, tudo e todos pareciam estranhos. Os barrageiros eram, entre os moradores, um estranho embora cumprissem um papel profundo, o de construir a usina, e ao mesmo tempo elementar, eram assalariados que ‘corriam atrás’ de um trabalho que significava a sua garantia de vida.

O Estado, enquanto poder político, se tornava um estranho a partir do momento em que aos olhos do povo parecia ter direito sobre tudo que julgavam ser propriedade deles. A casa, o lugar, o tempo, tornaram-se estranhos⁷ após a ordem do Estado para a construção da barragem.

Bosi (1993, p.22) ao citar Gilberto Freyre diz: “o açúcar eliminou o índio”. E complementa: “hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. O projeto expansionista dos anos 70 e 80 foi e continua sendo uma reatualização em nada menos cruenta do que foram as incursões militares e econômicas dos tempos coloniais”. Complementaríamos este pensamento com o argumento de que a construção de uma usina hidrelétrica pode ser considerada um processo de expulsão, uma vez que pode expulsar todos os habitantes de um lugar, sejam eles moradores, sítiantes, ou posseiros.

Estamos então diante da questão: o que significa a população atingida dentro de um projeto como as barragens? Martins (1991, p.13) ressalta que:

Nas sociedades pobres, e em nossa sociedade brasileira em particular, os pobres do campo e da cidade não só não tinham privilégios a defender como não tiveram aliados, em suas lutas, para impor condições ao desenvolvimento econômico que a este obrigassem a algum compromisso com os direitos sociais e com a dignidade humana. De modo que, mais do que vistos e tratados como seres de trabalho e fontes de lucro, fossem reconhecidos como seres de direito. (g.n)

Com toda certeza podemos afirmar que para o setor elétrico sempre foi mais fácil chegar com a notícia de que vai se construir naquele lugar uma barragem, do que a de que se quer ou pretende construí-la. Isso evitará que a comunidade se reúna para discutir com a devida necessidade e entenda porque vai se construir ali, e justamente ali, aquela obra. Também evitará que percebam que às vezes a energia produzida ali, não lhe trará benefícios que justifiquem a transformação imposta. A desinformação é, ainda, uma arma nas mãos de quem detém o poder.

Quanto ao uso do discurso e da desinformação, que constituem estratégias dos grupos de poder, eles também puderam ser percebidos na construção da barragem de Nova Ponte. A

⁷ O termo “estranho” que empregamos aqui, foi concebido conforme definição de Martins (1993) quando diz: “o estranho não é, entre nós, apenas o agente imediato do capital, como o empresário, o gerente e o capataz, mas é também o jagunço, o policial, o militar. E, ainda, o funcionário governamental, o agrônomo, o missionário, o cientista social. Embora cada um trabalhe para um projeto distinto, raro são os que trabalham pelas vítimas dos processos de que são agentes”.

pacata cidade, que vivia basicamente do subemprego, mais comumente o trabalho volante, passou a ter maior oferta de trabalho no centro urbano.

Direta ou indiretamente, grande parte da população de Nova Ponte desempenhou algum tipo de trabalho nas obras. Seja como empregado das empreiteiras, como professores na vila residencial dos barrageiros, ou mesmo como empregadas domésticas nas casas de funcionários. Chegou a ponto de muitos trabalhadores abandonarem o emprego anterior para se empregar num tipo de trabalho novo. Alguns chegavam inclusive a disponibilizar suas casas para aluguel na cidade indo morar na vila construída para receber os trabalhadores da barragem.

Com o salário melhor e, ainda com o aluguel que recebiam, muitos aproveitaram para comprar móveis, carro, sem contar o número de antenas parabólicas que passou a ser observado na cidade nova, sendo que não se encontrava uma sequer na cidade velha.

O que as pessoas não compreenderam foi o caráter temporário dessa oferta de emprego, pois naquele momento era possível conseguir bens que antes lhes pareciam impossíveis. Portanto, a carência desses bens associada à possibilidade de conseguí-los e, ainda, por ser uma população que já havia sofrido outros processos tão expressivos de modernização, fez com que a transformação fosse assimilada mais facilmente. E ao contrário do que ocorrera com a construção da barragem de Sobradinho na Bahia e outros casos, em Nova Ponte as pessoas 'viram' o dinheiro. Isso, estrategicamente, contribuiu em muito para que não houvesse questionamentos sobre o empreendimento.

AS NEGOCIAÇÕES

Quanto à ideologia desenvolvimentista, o caso da relocação da cidade é característico: a CEMIG optou pela negociação individual. Segundo Vainer e Araújo (1990, p.21) embora pareça irracional do ponto de vista organizacional, tal opção tem objetivos claros, quais sejam, impedir ou dificultar a discussão e organização coletivas. Para a empresa, a população não existe enquanto coletividade/comunidade, mas apenas como um somatório de proprietários individuais.

As opções eram as seguintes:

1. o proprietário poderia vender seu imóvel para a CEMIG e se mudar de cidade sem direito a lote na cidade nova;
2. permutar seu imóvel por outro construído pela CEMIG conforme os padrões da empresa; ou
3. receber a indenização em dinheiro do imóvel na cidade velha. Neste caso o proprietário recebia um lote na cidade nova e o dinheiro para a construção da casa.

A forma de pagamento da indenização também fora determinada pela empresa. O valor da indenização foi dividido em quatro parcelas reajustáveis segundo a variação do custo da construção civil de Belo Horizonte, coluna 15 da fundação Getúlio Vargas. O pagamento de cada parcela era condicionado a um estágio da construção, ou seja: para receber a segunda parcela, a construção era inspecionada por engenheiros que poderiam liberar a próxima ou embargar a obra. O mesmo procedimento acontecia para a terceira parcela e para a quarta que foram assim definidas:

- 1ª parcela - 25% de entrada para início da obra;
- 2ª parcela - 30%: após conclusão da fundação e alvenaria;
- 3ª parcela - 25%: após conclusão da cobertura, esquadrias e embutidos elétricos e hidráulicos;
- 4ª parcela - 20%: após conclusão do revestimento e piso.

Ao ser paga a última parcela, o proprietário tinha três meses para se mudar e demolir o imóvel na cidade velha. Caso contrário, a CEMIG se achava no direito de demolir o imóvel sem qualquer aviso ou notificação judicial, inclusive ficando a seu critério o destino do material da demolição.

Esse fato, inclusive, gerou uma situação estratégica de constrangimento para as pessoas cuja construção, na cidade nova, estava atrasada. Com isso, elas se viam isoladas diante de escombros de construções demolidas e tratavam de providenciar a mudança para a cidade nova.

A palavra parcela, que segundo consulta no dicionário pode significar parte pequena, partícula, fragmento etc, passou a integrar o vocabulário do novapontense. Inclusive o movimento que se tem notícia sobre mobilização da população, foi no sentido de reivindicar a parcela que já se atrasava.

A nosso ver, estávamos diante do que Haesbaert (1993, p.16) chama de um processo de desterritorialização que, segundo ele, “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material-político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticos de integração”.

Todos que decidiram pela opção 3 de indenização construíram uma casa melhor. Para sermos justos, bem melhor do que a que possuía na cidade velha. A indenização cobriu as perdas materiais, enquanto o desejo de uma casa melhor encobriu o que pudesse existir das perdas culturais ou mesmo de perdas sentimentais.

Em muitos casos o proprietário investiu dinheiro na construção, além do valor que recebeu pela indenização. Houve casos, também, em que a pessoa recebeu indenização de mais de um imóvel na cidade velha, investindo tudo numa única construção na cidade nova. Além disso, o fato de terem sido absorvidos enquanto mão-de-obra nas empreiteiras que atuavam na cidade fez com que os moradores vissem mais dinheiro, talvez como jamais imaginavam receber antes pelo seu trabalho e isso funcionou como um “cale-se”, para garantir a execução do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aos poucos a velha cidade de Nova Ponte foi tomando aspecto de cidade bombardeada. Cada casa que sumia deixava um espaço vazio entre as que ainda permaneciam. Muitos sentiam que o vazio maior era interior, ou seja, o sentimento de que tudo se concretizou, era o fim. Houve quem resistisse até o último momento quando então só restou a decisão de sair ou morrer afogado.

Era comum o fato de moradores que se mudaram para a cidade nova voltarem onde antes era a sua casa e continuar, enquanto puderam, a cuidar dos quintais cheios de plantas, árvores frutíferas, ervas medicinais e, até mesmo, chegavam a colher um resto de produção como mandioca, batata doce ou verdura.

Ao voltar aos escombros de sua velha casa as lembranças tomavam conta e, como diziam, às vezes tinham vontade de chorar. Ali as recordações pareciam fazer reviver o tempo de outrora: “*aqui criei todos os meus filhos*”, “*vivi aqui desde que casei, há mais de trinta anos*”, “*como dói ver tudo isso assim*”, ou já morando na cidade nova também diziam “*eu senti sair lá de baixo*”, “*a CEMIG pra mim é como uma peste em terreiro de galinhas, o que não mata aleija*”. Esses eram alguns dos depoimentos de pessoas com quem conversamos e tivemos a oportunidade de encontrar ao visitarmos os escombros de sua velha casa, ou quando já moravam na cidade nova.

Mas foi esse o fim daquela cidade onde houve tempos em que todos se conheciam, se consideravam iguais, embora, como George Orwell coloca em *A Revolução dos Bichos*, alguns fossem mais iguais que outros. Porém, em Nova Ponte, era possível perceber um traço de convivência entre os moradores, um respeito pelos outros com o argumento de que eram todos novaponteses.

Mas já foi comum o tempo de escuridão por falta de energia quando a lamparina a querosene era quase a única fonte de luz. Tempos de seca em que as antigas cisternas abasteciam as casas. Tempos em que fantasmas eram muito comuns, principalmente em época de quaresma quando um medo alimentado pelos adultos tomava conta principalmente das crianças. Muitos outros tempos se afogaram ali com as águas revôltas do rio Araguari como descrito nas narrativas de Soares de Faria.

Eram tempos de muita devoção e adoração aos santos cultuados no município, mas também eram tempos de esperança de que um dia as coisas pudessem melhorar. Melhoraram, de fato, mas não porque alguém tivesse consciência de que era preciso fazer alguma coisa por aquela gente. Nem tampouco por reconhecimento ao mérito, mas porque Nova Ponte tinha água, muita água, e oferecia as condições para sua utilização em uma hidrelétrica.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **O Tempo da História**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, 265 p.
- BOLETIM CEMIG Informa. **Usina de Nova Ponte**. nº 007, de 24.02.94.
- _____. nº 003, de 25.11.92.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 404 p.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 311 p.
- CENSO ECONÔMICO de 1985. **Censo Agropecuário**. nº 18, 1ª e 2ª parte, Minas Gerais.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. **Permuta dos Imóveis Urbanos de Nova Ponte**. 1991.
- _____. **Termo de Acordo**. Belo Horizonte, 1990.
- _____. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte - Plano Diretor**. Belo Horizonte: 1986, 24 p.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O Processo de DES-TERRITORIALIZAÇÃO e a Produção de redes, territórios e aglomerados** (mimeo). 3º Simpósio de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: 1993, 37 p.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, 189 p.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4 ed; São Paulo: Paz e Terra, 1992, 121 p.
- JORNAL CEMIG Notícias/Especial. **Nova Ponte**. Set/94, Ano XXXI.
- JORNAL Folha de São Paulo. **Nova Ponte-Tratamento de Choque contra o Pessimismo**. Domingo, 6 de março de 1994, 2-II.
- LE GOFFE, J. **História e Memória**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1992, 553 p.
- LEITE, Mírian Moreira. **Retratos de Família**. São Paulo: Edusp, 1993, 189 p.
- MARTINS, José de Souza. Abismos da História-Entrevista. In: **Revista Memória**. jul/dez de 1993, Ano V, nº 19, p.17-24.
- _____. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993, 179 p.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985, 148 p.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980, 306 p.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PONTE. **Lei nº 861**. "Aprova o Projeto de urbanização e Delimita o Perímetro Urbano da Nova Cidade de Nova Ponte". 1987.
- _____. **Resolução nº 02**. Aprova o Plano Diretor de Relocação e Reconstrução da Nova Cidade. 1987.
- _____. **Termo de Acordo**. 1991.
- SECRETARIA de Planejamento/Orçamento e Coordenação. **Censo Demográfico 1991**, FIBGE.
- SOARES DE FARIA, José. **Histórias humildes**. Belo Horizonte: [1957 ?], 155 p.
- _____. **Monografia de Nova ponte**. Uberaba: [1939 ?], 120 p.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983, 250 p.
- VAINER, C.B. e ARAÚJO, F.G.B. de. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 86 p.
- VIANNA, Aurélio. **Etnia e Território: Os Poloneses de Carlos Gomes e a Luta contra as Barragens**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992, 53 p.